EDIÇÃO 1

NOVEMBRO • 2026

BRAZILECONOMY

R$ 39,90



Com a dívida pública em alta, juros elevados e crescimento limitado, presidente inicia seu quarto mandato diante de escolhas difíceis. Terá de equilibrar as contas públicas, recuperar a confiança dos investidores e estimular a economia sem abrir mão das promessas sociais

OS DESAFIOS DA ECONOMIA NO LULA 4

REV-2026-001



Imagem ilustrativa da Praia do Flamengo (RJ), onde a Aegea trabalhou para torná-la balneável novamente.



Onde a água tem vida, a economia se move.

Com rios, lagoas e praias limpas, o turismo ganha força, o lazer faz parte da rotina e a economia local se movimenta. Onde antes havia vazio, surgem visitantes, novos negócios e mais oportunidades para quem vive ali.

aegea

Nossas águas *movimentam* o Brasil

artplan



UM NOVO CAPÍTULO PARA O BRAZIL ECONOMY

Há momentos na trajetória de um veículo de comunicação que representam uma conquista editorial e, ao mesmo tempo, marcos de amadurecimento, de consolidação de um projeto e de renovação do compromisso com o leitor. É com esse sentimento que apresentamos a primeira edição da revista **BRAZIL ECONOMY**.

Lançado em 10 de fevereiro de 2025, o BE nasceu com a proposta de oferecer um jornalismo independente, comprometido com a informação de qualidade e com a análise dos acontecimentos que movimentam a economia, os negócios e a política brasileira. Em menos de dois anos, construímos uma trajetória da qual nos orgulhamos. E agora damos mais um passo.

A revista chega inicialmente às bancas digitais, em formato PDF, para ser baixada e lida em tablets e smartphones. É um novo produto que amplia as possibilidades de acesso ao nosso conteúdo. E não poderíamos estrear em um momento mais emblemático.

O Brasil acaba de atravessar uma das eleições presidenciais mais acirradas de sua história. A vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o senador Flávio Bolsonaro, após uma disputa marcada pela polarização e divergências, abre um novo capítulo da nossa democracia.

O quarto mandato de Lula começará com enormes desafios. O mais urgente deles será encontrar uma saída consistente para o desequilíbrio das contas públicas, recuperar a confiança dos investidores e criar condições para uma trajetória sustentável de crescimento econômico. Tudo isso sem abrir mão dos avanços sociais.

É justamente em momentos como este que o jornalismo econômico se torna ainda mais relevante. Nosso papel não é defender governos nem fazer oposição por princípio. É acompanhar decisões, questionar autoridades, ouvir diferentes perspectivas e oferecer ao leitor informações que permitam compreender os fatos para além das disputas políticas.

A revista BRAZIL ECONOMY nasce com essa convicção. Queremos oferecer uma leitura que vá além da velocidade das notícias diárias, com espaço para reflexão, contexto e profundidade, sem perder a clareza e a objetividade que orientam nosso trabalho desde o primeiro dia.

Aos leitores, entrevistados, colaboradores e parceiros que acreditaram neste projeto desde o início, nosso agradecimento. Esta primeira edição é também uma conquista de todos vocês.

Boa leitura!

HUGO CILO, EDITOR-CHEFE DO **BRAZIL ECONOMY**

BRAZILECONOMY

Revista Brazil Economy é uma publicação da Editora Brazil Economy Ltda.

CNPJ 57.952.282/0001-44

Sede: Rua Jesuíno Arruda, 769, conjunto 111, Itaim Bibi, São Paulo (SP)

CEP 04532-082

CEO: Bruno Venga

Editor-chefe: Hugo Cilo

Editora: Jaqueline Mendes

Repórteres: Guilherme Camara e Rodrigo Caetano

Colunistas: Celso Vieira Junior José Renato Autilio, Lore Kotinski, Paulo Machado, Rodolfo Semeoni

Audiovisual: Lucas Enoca

Diretor de arte: Jefferson Barbato

Fotografia: Cláudio Gatti

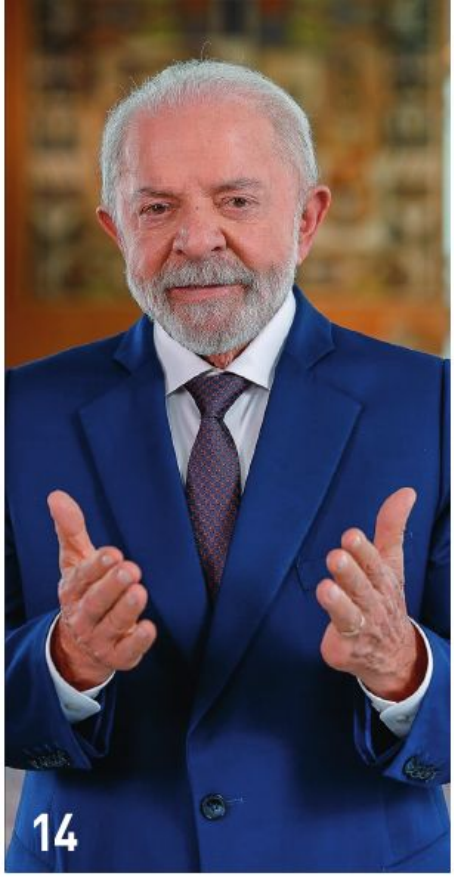
Marketing: Jessica Rua

Administrativo: Caroline Tanan

Diretor comercial: Edgardo Abel Zabala

Equipe comercial: Iandra Siqueira, Marcelo Moraes e Thais Kim

ÍNDICE









ENTREVISTA
6 **Roberto Giannetti da Fonseca**, economista, afirma que o Lula precisa criar uma espécie de Plano Real para conter os juros

CAPA
14 Lula 4: com dívida pública crescente, juros elevados, pressão sobre o Orçamento e perspectivas de expansão modesta do PIB, presidente inicia novo mandato diante da necessidade de recuperar a confiança dos investidores sem comprometer as políticas sociais

FINANÇAS
20 Desconfiança fiscal leva Copom a adotar cautela em 2027. Após cinco cortes consecutivos, reação dos mercados à reeleição de Lula amplia incertezas sobre a trajetória dos juros

ECONOMIA
24 Terras raras na disputa pelo poder. Com a segunda maior reserva do planeta, o Brasil atrai investidores estrangeiros e tenta transformar sua riqueza mineral em desenvolvimento industrial

ECONOMIA
28 Do tarifaço à virada: como o Brasil está conquistando novos mercados? Avanço das relações com países asiáticos, abertura de novos mercados agrícolas e integração com a Europa ajudam exportadores a reduzir riscos e ampliar oportunidades

TECNOLOGIA
31 Para onde a IA vai nos levar diante da impressionante evolução das ferramentas e dos algoritmos? A reposta pode ser assustadora

LIFESTYLE
34 O novo luxo do Nordeste: de Alagoas ao Ceará, passando por Bahia e Pernambuco, empreendimentos apostam em gastronomia, bem-estar e privacidade

WINE NOTES
38 Os 16 melhores vinhos da safra 2026 no Brasil – Por Jaqueline Mendes, editora do Brazil Economy

ARTIGO
39 O grito do vizinho – Por Bruno Venga, CEO do Brazil Economy

FOTOS: RICARDO STUCKERT PR | CLÁUDIO GATTI/BRAZIL ECONOMY | DIVULGAÇÃO CAPA FOTO: RICARDO STUCKERT/PR



FOTO: CLÁUDIO GATTI/BRAZIL ECONOMY

"LULA TERÁ DE CRIAR UM PLANO REAL PARA OS JUROS", AFIRMA GIANNETTI DA FONSECA

Economista compara os efeitos negativos da Selic elevada aos da inflação na década de 1990

GUILHERME CAMARA

Embora não tenha participado diretamente da implementação do Plano Real, lançado durante o governo de Itamar Franco, quando Fernando Henrique Cardoso (FHC) era ministro da Fazenda, o economista Roberto Giannetti da Fonseca atuou como secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) no segundo mandato de FHC e acompanhou de perto os efeitos do "tiro certeiro" que finalmente controlou a inflação no Brasil.

Passados mais de 30 anos, Giannetti é hoje head do LIDE Comércio Exterior, organização ligada ao grupo comandado por João Doria, e continua participando ativamente dos debates sobre os problemas estruturais do País. Para ele, o novo fantasma da economia brasileira é a taxa básica de juros, que teima em não baixar.

Por isso, ajudou a coordenar, ao lado de outros representantes da sociedade civil, a elaboração de uma carta-compromisso com sugestões para um "Plano Real para os juros", que deverá ser formalmente apresentada ao presidente Lula em novembro.

"Ainda estamos aqui!", brinca, em referência ao filme brasileiro vencedor do Oscar no ano passado, ao ressaltar que sua geração, que contribuiu para o controle da inflação na década de 1990, ainda

pode ajudar o País a alcançar a tão desejada redução dos juros.

Confira a entrevista concedida por Giannetti da Fonseca ao **BRAZIL ECONOMY**.

Sua geração foi responsável pela criação e implementação do Plano Real, que resolveu o problema inflacionário no Brasil. Como surgiu a ideia de apresentar uma carta-compromisso para enfrentar outro problema da economia nacional, que é a taxa de juros?

Tudo começou logo após o primeiro turno das eleições, quando eu e outros colegas da área vimos que as propostas estavam muito vagas e superficiais. E a sociedade precisa de clareza sobre o que será feito no próximo governo. Então, reunimos pessoas da melhor qualidade do Grupo Parlatório, que inclui empresários, profissionais liberais, advogados, entre outros, e pensamos em redigir essa carta apartidária, que seria apresentada aos dois candidatos presidenciais. Entre essas demandas, vimos a taxa de juros como a "mãe" dos problemas a serem resolvidos.

Foi criado um novo método para lidar com essa taxa de juros elevada?

Sim, e isso guarda algumas semelhanças com o Plano Real. Naquela época, o grande problema era a inflação e, sem estabilizá-la, não teríamos como resolver outras demandas da economia. Hoje, se não resolvermos o problema da taxa de juros, o País vai continuar contaminado. É como se a Selic elevada fosse um problema no coração de um paciente na UTI, e nós fôssemos os médicos.

E como o plano propõe baixar os juros?

Vimos vários economistas com ótimas sugestões, mas a proposta na qual nos inspiramos é um trabalho recente de André Lara Resende, que ajudou a criar o Plano Real. Considero-o um dos melhores, se não o melhor economista que temos hoje no Brasil. Ele desenvolveu um material sobre o fator inercial dos juros. A partir de determinado momento, o estoque da dívida em relação ao PIB continua crescendo em um ritmo acima da capacidade de pagamento do Estado. Isso cria dúvidas sobre a solvência e a liquidez da dívida, o que faz com que o mercado exija taxas de juros mais elevadas. Então, cria-se um efeito inercial, no qual os juros alimentam os próprios juros, e o estoque da dívida pública continua crescendo. Nós defendemos uma redução da relação entre a dívida bruta e o PIB, o que levaria a uma queda dos juros futuros e permitiria ao Copom reduzir a Selic. Com isso, começaria a funcionar uma espiral virtuosa.

E como reduzir o estoque da dívida?

Ou você aumenta o PIB ou alcança um superávit fiscal. Mas as duas coisas podem acontecer juntas. O importante é mostrar ao mercado que a relação entre dívida e PIB vai iniciar uma trajetória de queda, já que ele olha para os juros de longo prazo. E aí precisamos, sim, de cortes para alcançar esse objetivo.

O problema seria o custo político desses cortes...

Sim, mas você pode fazer como Javier Milei, na Argentina, com um "tesouraço" indiscriminado, o que causaria problemas sociais e não seria aceito pelo Congresso. Ou, então, pode identificar gradualmente algumas medidas mais factíveis, como a redução de incentivos fiscais, o corte de supersalários e penduricalhos e reformas políticas no Judiciário e no Legislativo.

O senhor acredita, então, que a dívida pública brasileira já está fora de controle?

Atualmente, temos uma dívida equivalente a 82,5% do PIB, o que não é pouco, mas é razoável. Há países com 150% ou 200%. Uma vantagem é que nossa dívida é em reais, e não em dólares, como era no passado. Em reais, pode-se emitir moeda, o que pode gerar inflação, mas é melhor do que ter uma dívida



FOTO: CLÁUDIO GATTI/BRAZIL ECONOMY

PARA GIANNETTI, O SISTEMA DE SPLIT PAYMENT SERÁ RESPONSÁVEL POR AUMENTAR A ARRECADAÇÃO SEM AUMENTOS DE IMPOSTOS

O ECONOMISTA LAMENTA QUE O PSDB, PARTIDO QUE AJUDOU A FUNDAR, TENHA POUCA RELEVÂNCIA ATUALMENTE

em moeda estrangeira, situação em que aumenta o risco de moratória. O problema é que se projeta, para 2030, uma dívida chegando a 100% do PIB. O mercado enxerga essa dívida como um risco e, por isso, o Banco Central aumenta os juros. É isso que defendemos que seja revisto.

A desindexação do salário mínimo em relação ao PIB é um dos pontos que deveriam ser revistos?
Esse é um ponto delicado e sensível, mas também é preciso mexer na Previdência e no salário mínimo. Não dá para reajustar indefinidamente acima da inflação. Do contrário, não há como pagar.

Acha que a reforma tributária pode ajudar a alcançar esse superávit fiscal?
Temos uma mudança de paradigma fundamental, que vejo como positiva. A reforma tributária trará um mecanismo chamado "split payment", que faz com que o imposto seja recolhido no momento do pagamento da operação. Isso leva a uma queda vertiginosa da sonegação. Temos uma judicialização tributária no Brasil por causa da estrutura complexa das normas e das diferentes interpretações que elas permitem. Com esse novo mecanismo, a arrecadação tributária poderá aumentar sem a elevação dos impostos. Quem sabe, dessa maneira, o governo possa pensar, no futuro, em reduzir a carga tributária.

Qual é o segredo para convencer a sociedade da importância desse plano?
Tem que ser como o Plano Real, ou seja, efetivo, apoiado, transparente e vigoroso. Precisa funcionar como uma orquestra que toca de forma harmônica. Não pode ser um plano que, de madrugada, congela o dinheiro na poupança e, no dia seguinte, as pessoas não sabem o que fazer.

O senhor acredita que o plano será bem recebido?
Se a Faria Lima tiver a expectativa de que esse plano dará certo, o mercado começará a acreditar na sua viabilidade. Quando lançaram a URV, antes do Plano Real, muita gente duvidou que daria certo por causa da ousadia. Mas tínhamos um líder chamado Fernando Henrique Cardoso, que bancou a proposta e fez dar certo. Ele merecia o Prêmio Nobel de Economia de 1994. A sociedade precisa acreditar que podemos baixar os juros de alguma maneira. Por isso, insisto que é importante criar essa expectativa. Tenho conversado com alguns setores que ficam empolgados quando perguntamos o que achariam de uma taxa de juros nominal de 7% e de juros reais de 3%. É tudo o que eles querem. As empresas não têm mais como pagar as taxas atuais.



FOTO: CLÁUDIO GATTI/BRAZIL ECONOMY

Falando agora sobre sua atuação política, o senhor é um tucano histórico. Como vê a situação atual do PSDB?
Sinto-me um órfão político, já que milito nesse partido desde sua fundação, ao lado de nomes como Mário Covas, André Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Alckmin. Minha atuação política começou no início da década de 1980. A social-democracia continua sendo minha visão de mundo e, por isso, ainda tenho afinidade ideológica com o PSDB.

O senhor apoiou a reeleição do presidente Lula?
Sim, muito por causa do vice-presidente Geraldo Alckmin. Sou fiel às minhas amizades e preferências. Mas, se Flávio Bolsonaro tivesse ganhado a eleição, apresentaríamos nosso plano de redução dos juros a ele da mesma maneira. Lula terá de criar uma espécie de Plano Real para controlar os juros no Brasil. É importante que saibam que ainda estamos aqui!

frases do mês



FOTO: WASHINGTON COSTA/MF

"Nosso compromisso é com a responsabilidade fiscal, com a estabilidade fiscal e isso vai ser buscado com diálogo"

DARIO DURIGAN,
MINISTRO DA FAZENDA, AO ANUNCIAR CONVERSAS COM O MERCADO FINANCEIRO SOBRE MEDIDAS DE AJUSTE DAS CONTAS PÚBLICAS

"Feita a virada política, é hora de governar e virar a economia"

ARMINIO FRAGA,
EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL, AO COMENTAR OS DESAFIOS ECONÔMICOS DO NOVO MANDATO PRESIDENCIAL



FOTO: WORLD ECONOMIC FORUM/BEL PEDROSA/CREATUVE COMMONS



"Porque a Bolsa pode parar por 30 minutos, mas o Brasil produtivo não pode parar por quatro anos."

JOÃO KEPLER,
EMPRESÁRIO E COLUNISTA, EM ARTIGO SOBRE OS DESAFIOS DAS EMPRESAS APÓS O RESULTADO ELEITORAL

"Quero criar uma inteligência artificial brasileira"

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
PRESIDENTE REELEITO, AO APRESENTAR A INTENÇÃO DE INVESTIR EM TECNOLOGIA NACIONAL E REDUZIR A DEPENDÊNCIA DE SOLUÇÕES ESTRANGEIRAS



FOTO: RICARDO STUCKERT



"Lula está herdando do próprio governo dele uma situação fiscal absolutamente insustentável"

LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO,
EX-DIRETOR DO BANCO CENTRAL E SÓCIO DA JUBARTE CAPITAL



moedaforte

POR **HUGO CILO**

A CONTA DA FOLGA

O fim da escala 6x1 promete dar mais descanso aos trabalhadores, mas também algumas noites de insônia aos empresários. No Grupo Aviva, dono do Rio Quente Resorts, em Goiás, e da Costa do Sauípe, na Bahia, a mudança pode acrescentar R$ 50 milhões à folha de pagamentos, segundo cálculos do presidente da companhia, **Alessandro Cunha**. Para um negócio que funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, a conta não é pequena. Afinal, hotéis, restaurantes e atrações não podem simplesmente fechar as portas para compensar a redução da jornada. Mas Cunha tem motivos para não perder o sono. Depois de faturar R$ 1,7 bilhão em 2025, o grupo traçou um plano de investimentos de R$ 1,2 bilhão até 2028, quando pretende alcançar uma receita de R$ 2,3 bilhões. Diante desses números, o custo adicional com pessoal, embora salgado, parece mais fácil de digerir. O desafio será conciliar funcionários mais descansados, hóspedes satisfeitos e resultados crescentes. Se tudo sair como planejado, haverá espaço para todos aproveitarem a piscina. Inclusive o balanço financeiro.



BLACK FRIDAY: 45% DOS PRODUTOS NÃO TÊM DESCONTO

Levantamento da Timelens, da FutureBrand São Paulo, revela que 45,4% dos produtos monitorados na Black Friday no ano passado não apresentaram economia real. A pesquisa analisou 809 mil registros de preços de 2.373 itens. Desse total, 21% mantiveram os valores, 21% ficaram mais caros e 3,4% tiveram descontos simulados. Segundo o advogado **Danilo Melo**, a prática pode configurar publicidade enganosa, proibida pelo Código de Defesa do Consumidor. Ele recomenda acompanhar o histórico de preços e guardar registros das ofertas. Nas compras online, o consumidor tem, em regra, sete dias para desistir. Será que a fraude vai se repetir neste ano?





FOTO: CLÁUDIO GATTI

CHILLI BEANS PÕE FOCO NA DÍVIDA DE R$ 340 MILHÕES

A Chilli Beans protocolou no último dia de outubro pedido de recuperação extrajudicial para renegociar R$ 340 milhões em dívidas bancárias. O plano, acordado com os principais credores, prevê novos prazos de pagamento e aporte de até R$ 50 milhões, coordenado por Itaú, Akron e Vega. Fornecedores, funcionários e parceiros ficam fora da renegociação. Com cerca de 900 franquias no Brasil e presença em mais de 14 países, a rede mantém seus planos de expansão. Em outubro, inaugurou nove lojas no País e quatro na América do Sul. Fundada por **Caito Maia**, a marca completará 30 anos em 2027 e aposta em novos produtos e parcerias para retomar o crescimento.

DUNLOP APOSTA NOS ELÉTRICOS PARA VENCER OS IMPORTADOS

A fabricante de pneus Dunlop, do grupo japonês Sumitomo, está se preparando para lançar, a partir de 2027, pneus desenvolvidos para carros e caminhões elétricos. A companhia aposta em tecnologia e testes de desempenho para ampliar sua presença no transporte de cargas e fazer frente ao avanço dos chineses. Na fábrica de Fazenda Rio Grande (PR), que recebeu R$ 1,1 bilhão em investimentos, a capacidade instalada chega a 2,2 mil pneus de carga por dia. Apesar da expansão, a companhia enfrenta dificuldades no mercado brasileiro. Segundo o diretor **Fábio Torres Klabacher**, as vendas de 2026 estão abaixo das registradas no ano passado, enquanto os estoques atingiram níveis recordes. A pressão dos importados levou a empresa a priorizar a estabilização das operações antes de novos investimentos.



FOTO: DANIELA DE LIRA CAMILO

ELEIÇÕES LEVAM AVENUE A RECORDE



A busca por investimentos no exterior ganhou força após as eleições presidenciais. A Avenue, empresa do Itaú, registrou em 26 de outubro – um dia após a vitória de Lula sobre Flávio Bolsonaro – o maior volume diário de abertura de contas de 2026. Após o primeiro turno, o número de novas contas havia crescido 130%, enquanto a captação líquida avançou 8,2 vezes em relação à média diária. Depois do segundo turno, os aportes permaneceram entre três e quatro vezes acima do padrão recente. Segundo **Emmanuil Inglesis**, CFO da Avenue, a percepção de risco econômico no Brasil acelerou a diversificação internacional. Outubro deve registrar a maior captação líquida da história da plataforma.

AS 30 ECONOMIAS QUE MAIS VÃO CRESCER EM 2026

O ranking com maior crescimento do PIB projetado para 2026, segundo o FMI, é dominado por países emergentes e mercados de menor porte. Entre as grandes economias do mundo, apenas a Índia aparece na lista. Confira:

País	Crescimento do PIB
1. Guiana	22,3%
2. Taiwan	10,7%
3. Sudão do Sul	10,5%
4. Etiópia	9,2%
5. Quirguistão	9,0%
6. Vietnã	8,4%
7. Uzbequistão	7,8%
8. Ruanda	7,4%
9. Tajiquistão	7,3%
10. Geórgia	7,2%
11. Guiné	7,2%
12. Índia	7,0%
13. Sudão	7,0%
14. Niger	7,0%
15. Benin	7,0%
16. Butão	7,0%
17. Mongólia	6,2%
18. Uganda	6,2%
19. Tanzânia	6,0%
20. Costa do Marfim	6,0%
21. Gana	5,7%
22. Djibuti	5,6%
23. Zâmbia	5,6%
24. Armênia	5,5%
25. Libéria	5,5%
26. Mali	5,5%
27. Malásia	5,2%
28. Congo	5,2%
29. Egito	5,1%
30. Indonésia	5,1%

Valores arredondados a uma casa decimal
Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro de 2026.
Variação anual projetada do PIB real



ativo**político**

POR **JAQUELINE MENDES**

Sinal amarelo na Fiesp



A escalada das tensões diplomáticas entre Brasil e Argentina, após as revelações sobre o suposto envolvimento do governo de Javier Milei na fuga do senador Flávio Bolsonaro para os Estados Unidos, acendeu o sinal de alerta na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A maior entidade industrial do País teme que o episódio desencadeie uma onda de retaliações por parte do governo brasileiro, com consequências para o comércio bilateral. Na última reunião de diretoria, o presidente da Fiesp, **Paulo Skaf**, manifestou preocupação com a possibilidade de restrições à importação de produtos argentinos, medida que poderia provocar uma reação em cadeia e atingir diretamente as exportadoras paulistas, já pressionadas pelo baixo crescimento da economia. Skaf pretende levar o assunto pessoalmente ao presidente Lula e ao vice, Geraldo Alckmin, em encontros previstos para novembro.

Sem Flávio, sem calote

A derrota de Flávio Bolsonaro não foi lamentada por todos no mercado financeiro, apesar do tombo da Bolsa e da disparada do dólar após a eleição. Para o economista **Eduardo Giannetti da Fonseca**, uma das propostas mais controversas apresentadas pelo senador na reta final da campanha representava uma ameaça à estabilidade do sistema bancário. Flávio prometia congelar por seis meses o pagamento das dívidas bancárias dos brasileiros, medida que, na avaliação do economista, equivaleria a institucionalizar a inadimplência em nome de uma suposta bondade social. "Não existe outra palavra para definir isso que não seja calote", afirmou Giannetti. A proposta, que buscava conquistar eleitores endividados, poderia comprometer a oferta de crédito e elevar os custos dos empréstimos para toda a população.



REPRODUÇÃO: TIKTOK

Zema na bad vibe

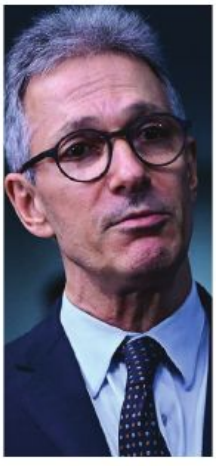


FOTO: ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO

O ex-governador de Minas Gerais **Romeu Zema** parece ainda não ter digerido o resultado das urnas. Segundo amigos próximos, o empresário atravessa uma fase de recolhimento desde o desempenho desastroso no primeiro turno da eleição presidencial, quando terminou na sexta colocação, com apenas 0,27% dos votos válidos. Acostumado a cultivar uma imagem de gestor bem-sucedido e empresário pragmático, o bilionário mineiro teria reduzido drasticamente as aparições públicas e até mesmo os encontros com pessoas de seu círculo social. Nem o tradicional Minas Tênis Clube, em Belo Horizonte, onde costuma frequentar a academia e a sauna, teria recebido uma visita de Zema desde a derrota. Pelo visto, a recuperação do fôlego político vai exigir mais do que algumas sessões de exercícios.

O juiz está perdendo o juízo?



Eleito governador do Paraná com uma votação esmagadora no primeiro turno, **Sergio Moro** parece cada vez mais distante da postura de magistrado que o projetou nacionalmente. Nas últimas semanas, o ex-juiz da Lava Jato acumulou declarações que provocaram controvérsia no meio político e jurídico. Moro saiu em defesa da fuga de Flávio Bolsonaro, manifestou apoio à interferência dos Estados Unidos em assuntos brasileiros, defendeu mudanças na Constituição e afirmou que o País não vive um ambiente de normalidade institucional. As posições contrastam com o discurso de defesa das instituições que marcou boa parte de sua trajetória pública. É verdade que Moro já não veste a toga, mas algumas de suas manifestações levantam dúvidas sobre o compromisso do agora governador com os limites institucionais. Até tu, Moro?

O novo deslize do "véio" da Havan

Quem parecia ter aprendido a conveniência do silêncio, mas voltou a protagonizar uma polêmica, foi o empresário **Luciano Hang**, o autoproclamado "véio" da Havan. Depois de manter uma postura relativamente discreta na reta final da disputa entre Lula e Flávio Bolsonaro, possivelmente ainda sob o efeito dos desgastes políticos acumulados desde 2022, o bilionário catarinense resolveu soltar a língua após a aprovação do fim da escala 6x1. Durante uma reunião com funcionários, Hang teria reagido à redução da jornada de trabalho com uma ameaça pouco sutil: "Vocês vão ter que arranjar outro emprego". A declaração levou o Ministério Público do Trabalho a investigar o episódio. Caso sejam constatadas irregularidades, o empresário poderá enfrentar sanções e uma multa expressiva. Para quem fez da defesa do empreendedorismo uma bandeira, a reação à conquista de mais tempo livre pelos trabalhadores não poderia ter sido mais controversa.



LULA 4:



OS DESAFIOS DE UMA ECONOMIA NO LIMITE

COM DÍVIDA PÚBLICA CRESCENTE, JUROS ELEVADOS E PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO MODESTA DO PIB, PRESIDENTE TERÁ DE RECUPERAR A CONFIANÇA DOS INVESTIDORES, ESTIMULAR A ATIVIDADE ECONÔMICA E PRESERVAR AS POLÍTICAS SOCIAIS

POR **HUGO CILO**

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de outubro garantiu ao presidente mais quatro anos no Palácio do Planalto, mas também colocou diante de seu governo uma equação econômica cada vez mais difícil de resolver. Entre a necessidade de controlar o endividamento público, reduzir os juros, estimular os investimentos e cumprir os compromissos assumidos durante a campanha, o Brasil chega ao novo ciclo presidencial com pouco espaço para erros.

FOTO: RICARDO STUCKERT / PR

Diferentemente do cenário encontrado em seus primeiros mandatos, quando a expansão chinesa impulsionou as exportações brasileiras, o presidente inicia o quarto mandato diante de condições externas menos favoráveis e restrições fiscais mais severas.

O economista Charles Mendlowicz, sócio da Ticker Wealth, considera que a comparação histórica ajuda a dimensionar os riscos. "Os governos Lula 1 e 2 foram beneficiados pelo cenário internacional. A casa estava arrumada, a China estava crescendo, e ele soube aproveitar este momento até que, depois, tudo deu errado durante o governo Dilma", afirmou. "Agora, o cenário é outro. Na reta final do governo Lula 3, o País está endividado, com juros elevados e carga tributária recorde."

As projeções reforçam a preocupação. Segundo o estudo Global Economic Outlook 2026–2028, da consultoria internacional Kearney, a economia brasileira deverá crescer, em média, apenas 1,7% ao ano entre 2026 e 2028, abaixo da expansão global estimada em 2,6% para 2026, 2,9% para 2027 e 3% para 2028.

A trajetória das contas públicas deverá ocupar o centro da agenda econômica do Lula 4. O aumento das despesas obrigatórias, o peso dos juros e a dificuldade de produzir superávits primários suficientes para estabilizar a dívida criam um cenário de crescente pressão sobre o Orçamento federal.

Mendlowicz considera que o governo enfrentará uma escolha particularmente difícil. "Com a dívida pública ultrapassando marcas históricas, o custo do financiamento vai se transformando em uma bola de ferro que trava o crescimento. O grande custo do Brasil hoje é o juro sobre as dívidas. E o dilema do governo é: cuidar dos gastos ou entregar o que foi prometido durante a campanha?", questionou.

A preocupação com a política fiscal ganhou força após a reação negativa dos mercados financeiros à reeleição de Lula. O economista Otaviano Canuto, de 70 anos, que foi vice-presidente e diretor executivo do Banco Mundial, diretor executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destaca a turbulência registrada nos primeiros dias após o segundo turno. Canuto também foi secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

"O dólar subiu 8,21% na segunda-feira, fechando a R$ 5,40", afirmou Canuto, se referindo ao pregão de 26 de outubro. Na avaliação apresentada pelo economista, "a desvalorização do real, a queda da Bolsa e o aumento dos prêmios de risco soberano refletiram uma combinação de incertezas sobre a condução das contas públicas", reação ao resultado eleitoral e juros internacionais elevados. O episódio evidencia a importância da credibilidade fiscal para as condições de financiamento da economia brasileira.

O problema é agravado pela rigidez orçamentária. Benefícios previdenciários, despesas com pessoal, transferências obrigatórias e programas sociais ocupam uma parcela expressiva dos gastos federais. Eventuais ajustes tendem, portanto, a recair sobre despesas discricionárias, justamente aquelas que incluem investimentos e custeio de serviços públicos.



FOTO: DIVULGAÇÃO

> **EXISTE UM PROBLEMA FISCAL NO BRASIL E NÃO É PRUDENTE CONTINUAR AUMENTANDO OS IMPOSTOS**
>
> **CHARLES MENDLOWICZ**, SÓCIO DA TICKER WEALTH

Para enfrentar esse desequilíbrio, o governo precisará ir além da busca por receitas extraordinárias. A revisão de benefícios tributários, a avaliação da eficiência das políticas públicas e mecanismos capazes de moderar o crescimento das despesas obrigatórias serão essenciais. "Existe um problema fiscal no Brasil e não é prudente continuar aumentando os impostos. A população não aguenta mais, isso é um problema sérissimo", alertou Mendlowicz.

JUROS ELEVADOS E O CUSTO DO CRESCIMENTO

A política monetária constitui a segunda grande frente de desafios. Os juros elevados restringem o consumo financiado, a expansão das empresas e os projetos de longo prazo, especialmente em setores como construção civil, indústria e infraestrutura.

Embora a Selic seja definida pelo Banco Central, as decisões fiscais do governo influenciam o ambiente em que a autoridade monetária atua. Quando investidores percebem maior risco de deterioração das contas públicas, exigem remuneração mais elevada para financiar o governo. Esse movimento pressiona os juros de longo prazo, afeta o câmbio e pode elevar as expectativas de inflação.

O debate ganhou novos contornos com uma proposta apresentada pelo economista André Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real, ex-diretor do Banco Central e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em artigo publicado em setembro, ele defendeu uma mudança na condução da política monetária

brasileira, argumentando que o elevado custo dos juros, mais do que os gastos primários do governo, constitui o principal fator de expansão da dívida pública. "Quando se exclui o serviço da dívida, as contas estão praticamente equilibradas. A grande despesa do Estado é com os juros sobre a dívida", afirmou o economista.

Lara Resende propõe a criação de um Conselho Fiscal e Monetário Nacional, responsável por estabelecer metas fiscais e monetárias conjuntas para períodos de quatro a cinco anos. Pelo modelo, o Banco Central passaria a trabalhar com um intervalo para a Selic, cujo piso corresponderia à meta de inflação, atualmente de 3%, e o teto seria equivalente ao crescimento nominal potencial da economia, estimado em 5,5% ao ano. A proposta prevê uma redução gradual dos juros para aproximadamente 7,5% ao ano em 12 meses, com uma margem transitória de segurança de dois pontos percentuais. "As metas de inflação seriam anunciadas em conjunto com metas para a taxa básica de juros", escreveu Lara Resende ao apresentar a proposta.

A iniciativa provocou resistência entre economistas e representantes do mercado financeiro, que alertam para os riscos de interferência na autonomia do Banco Central, desvalorização cambial e desancoragem das expectativas de inflação. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, negou que a proposta esteja em discussão no governo. Lara Resende, por sua vez, rejeitou a interpretação de que defende o tabelamento dos juros.

O economista Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda e atual diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercados do Banco Safra, também considera a redução dos juros fundamental para estimular os investimentos, mas ressalta a importância da disciplina fiscal. "A ideia de que a gente está na beira do precipício fiscal não é exatamente correta. A gente tem um problema da rigidez do orçamento, mas não está à beira de quebrar", afirmou durante evento da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em outubro. Para Levy, o governo precisa estabelecer metas fiscais de médio prazo e promover ajustes graduais, criando condições para uma redução sustentável da Selic e a expansão do crédito privado.

A queda da Selic, entretanto, não resolve isoladamente o problema. O Brasil também precisa reduzir o custo estrutural do crédito, influenciado por inadimplência, despesas administrativas, tributação e riscos jurídicos. A ampliação da concorrência bancária e o desenvolvimento do mercado de capitais poderão contribuir para diminuir a dependência das empresas em relação ao financiamento bancário tradicional.

O Relatório de Política Monetária de setembro de 2026, divulgado pelo Banco Central, mostra a dimensão do problema. A autoridade monetária projetava crescimento do PIB de 1,8% em 2026 e de apenas 1,4% em 2027, depois de expansões de 3,4% em 2024 e 2,3% em 2025. Na reunião de setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic para 13,75% ao ano, mas manteve o alerta sobre as pressões inflacionárias.

O relatório também apontava expectativas de inflação de 4,3% para 2027 e 3,8% para 2028, superiores à meta de 3%. Os números indicam que a flexibilização monetária dependerá de uma melhora consistente das expectativas.

CRESCER MAIS SEM DEPENDER DOS GASTOS PÚBLICOS

O crescimento impulsionado pelo consumo das famílias encontra limites quando não é acompanhado pelo aumento da capacidade produtiva. Sem investimentos suficientes, a expansão da demanda pode gerar pressões inflacionárias e ampliar a necessidade de importações.

A estratégia econômica do Lula 4 precisará estimular o investimento privado e elevar a eficiência da economia. Para isso, serão fundamentais segurança jurídica, estabilidade regulatória, concessões de infraestrutura e previsibilidade das políticas públicas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) poderá contribuir para destravar projetos, desde que consiga mobilizar capital privado e priorizar empreendimentos com retorno econômico e social consistente.



FOTO: DIVULGAÇÃO

> "A DESVALORIZAÇÃO DO REAL, A QUEDA DA BOLSA E O AUMENTO DO RISCO REFLETEM A COMBINAÇÃO DE INCERTEZAS"
>
> **OTAVIANO CANUTO**, EX-DIRETOR DO FMI



FOTO: DIVULGAÇÃO

> A IDEIA DE QUE A GENTE ESTÁ NA BEIRA DO PRECIPÍCIO FISCAL NÃO É EXATAMENTE CORRETA
>
> **JOAQUIM LEVY**, EX-MINISTRO DA FAZENDA

Outra frente será o fortalecimento da indústria, especialmente em segmentos com potencial de inovação e integração às cadeias globais de valor. Políticas industriais, entretanto, precisarão apresentar critérios transparentes de desempenho e metas verificáveis, evitando a manutenção de subsídios sem resultados proporcionais.

A modernização econômica também dependerá de qualificação profissional. O avanço da inteligência artificial, da automação e da digitalização tende a transformar ocupações e exigir novas competências. O grande teste será converter os incentivos públicos em ganhos efetivos de produtividade.

REFORMA TRIBUTÁRIA ENTRA NA FASE DECISIVA

A implementação da reforma tributária sobre o consumo será uma das principais mudanças econômicas do próximo mandato. A transição para o novo sistema começa a produzir efeitos mais amplos em 2027, exigindo adaptações das empresas e dos governos estaduais e municipais.

A substituição gradual dos tributos existentes pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), compartilhado por estados e municípios, pretende simplificar a tributação, reduzir distorções e melhorar o ambiente de negócios.

O modelo busca eliminar a cumulatividade, permitindo o aproveitamento mais amplo de créditos tributários nas cadeias produtivas. A mudança poderá favorecer investimentos e exportações, além de reduzir custos administrativos.

Os benefícios, entretanto, não serão automáticos. A alíquota de referência de 11,3% para a CBS, divulgada pelo Tribunal de Contas da União no fim de outubro, colocou em evidência o impacto da reforma sobre os custos empresariais e a formação de preços.

Os efeitos variarão conforme a estrutura de custos e a capacidade de aproveitamento dos créditos de cada setor. Empresas com cadeias produtivas longas poderão obter benefícios relevantes com a não cumulatividade. Outras, especialmente prestadoras de serviços intensivos em mão de obra, poderão enfrentar pressões sobre os custos.

A implantação exigirá investimentos em tecnologia, revisão de contratos e adequação dos sistemas de gestão. Para o governo, o desafio será assegurar uma transição segura, evitando insegurança jurídica, disputas tributárias e repasses desordenados de custos aos consumidores.

A PRESSÃO SOBRE O EMPREGO E A RENDA

A geração de empregos e a valorização da renda estiveram entre os principais elementos de sustentação política dos governos petistas. A continuidade dos avanços, entretanto, dependerá de uma economia capaz de criar ocupações mais produtivas e melhor remuneradas.

A política de valorização do salário mínimo contribui para elevar o poder de compra de trabalhadores e beneficiários da Previdência. Ao mesmo tempo, seus efeitos sobre despesas previdenciárias e outros benefícios vinculados ao piso nacional ampliam a pressão sobre o Orçamento.

Outra discussão será a reorganização das jornadas de trabalho, incluindo a redução da escala 6 por 1. Mudanças dessa natureza podem melhorar as condições de vida dos trabalhadores, mas também elevar os custos por hora trabalhada em empresas que precisam manter a mesma cobertura operacional.

O impacto será diferente entre os setores. Atividades com maior capacidade de automação poderão absorver parte das mudanças. Já segmentos intensivos em mão de obra, como comércio, serviços e construção civil, poderão enfrentar custos adicionais, especialmente sem ganhos correspondentes de produtividade.

A resposta do governo deverá combinar diálogo com empregadores e trabalhadores, regras de transição e qualificação profissional. Também será necessário enfrentar as transformações provocadas pelo trabalho em plataformas digitais e pela inteligência artificial, criando mecanismos de proteção social compatíveis com novas formas de contratação.

INVESTIMENTOS, INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA JURÍDICA

O Brasil precisará atrair mais capital para financiar infraestrutura, modernizar a indústria e expandir serviços essenciais. Entretanto, juros elevados, incertezas regulatórias e limitações fiscais dificultam os investimentos de longo prazo.

Lula terá de lidar com um ambiente mais turbulento na relação com os EUA, de Donald Trump



FOTO: RICARDO STUCKERT/PR



FOTO: LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Um dos grandes desafios de Lula será manter a governabilidade em um Senado de oposição

Rodovias, ferrovias, portos, saneamento, energia e conectividade digital continuarão demandando recursos expressivos. Como o Orçamento federal não dispõe de espaço suficiente para financiar sozinho essas necessidades, a participação privada será indispensável.

O mercado de capitais terá papel relevante. Instrumentos como debêntures incentivadas, fundos de infraestrutura e operações de securitização podem ampliar as alternativas de financiamento. O BNDES poderá atuar como estruturador e financiador complementar, especialmente em projetos com benefícios econômicos e sociais relevantes.

Para o setor empresarial, a previsibilidade das regras será tão importante quanto a disponibilidade de crédito. Mudanças contratuais inesperadas e instabilidade regulatória elevam o custo de capital e reduzem a atratividade dos investimentos.

UM MUNDO MENOS FAVORÁVEL AO BRASIL

O ambiente internacional exigirá atenção permanente da equipe econômica. Disputas comerciais, conflitos geopolíticos e reorganização das cadeias globais de produção ampliam as incertezas para países emergentes.

A Kearney descreve o período até 2028 como uma fase de desequilíbrio persistente. A consultoria projeta expansão média anual de 4% para a Ásia e a Australásia, enquanto Europa e Eurásia deverão crescer cerca de 1,5%. Nas Américas, a previsão é de avanço de 2% em 2026, com recuperação gradual nos anos seguintes.

A diversificação de mercados será importante para reduzir a dependência de determinados compradores e produtos. Embora agronegócio e mineração continuem fundamentais para a balança comercial, ampliar a participação de bens industrializados e serviços de maior valor agregado será necessário para melhorar a inserção internacional do País.

O governo também precisará acompanhar os efeitos das barreiras comerciais e ambientais sobre as exportações. Rastreabilidade, exigências socioambientais e comprovação da origem dos produtos tendem a ganhar importância.

O MAIOR DESAFIO SERÁ RECUPERAR A CONFIANÇA

A composição da equipe econômica e as primeiras decisões do novo governo serão importantes para indicar a direção escolhida. Mais do que nomes, investidores e empresários observarão a capacidade de transformar compromissos em medidas concretas, com metas verificáveis e sustentação política.

Mendlowicz vê riscos relevantes para os próximos anos. "O cenário econômico tende a ser desafiador, com mais dívidas, mais impostos e risco de uma forte crise em 2028 e 2029", afirmou. Trata-se de uma avaliação de risco do economista, e não de uma previsão consensual ou de um desfecho inevitável.

O cenário poderá ser diferente se o governo conseguir estabilizar as expectativas fiscais, criar condições para uma redução sustentável dos juros e ampliar a produtividade. Nesse caso, a recuperação dos investimentos privados poderá reforçar o crescimento e melhorar a arrecadação sem depender exclusivamente de novas medidas tributárias.

Entre 2027 e 2030, Lula terá de demonstrar que é possível conciliar responsabilidade fiscal, crescimento econômico e inclusão social. O resultado dessa equação definirá não apenas o desempenho de seu quarto mandato, mas também as condições em que o Brasil chegará à próxima década.

A Colectta foi o único instituto de pesquisa a acertar o resultado da eleição presidencial

Agora, imagina o que podemos fazer pela sua empresa

Pesquisas Eleitorais

Opinião Pública

Gestão Pública

colectta

Converse com a Colectta

Transforme dados em decisões que geram resultado

/colectta

@colectta_pesquisas



DESCONFIANÇA FISCAL LEVA COPOM À ADOTAR CAUTELA EM 2027

Após cinco cortes consecutivos, reação dos mercados à reeleição de Lula amplia incertezas sobre a trajetória dos juros

POR **GUILHERME CAMARA**

Depois de cinco reduções consecutivas de 0,25 ponto percentual, a Selic chegou a 13,75% em 2026. A continuidade do ciclo, porém, ficou mais incerta após a reeleição de Lula. A reação negativa do mercado, com queda da bolsa e valorização do dólar de cerca de R$ 5,05 a R$ 5,10 para a faixa de R$ 5,30 a R$ 5,40, aumentou a pressão por cautela do Comitê de Política Monetária (Copom).

Especialistas ouvidos pelo **BRAZIL ECONOMY** avaliam que a expectativa de maior rigor fiscal em um eventual governo Flávio Bolsonaro favorecia a perspectiva de novos cortes. Com Lula, as dúvidas sobre o controle dos gastos, a trajetória da dívida pública e a composição da equipe econômica passaram a pesar nas projeções para 2027.

Para Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, o Banco Central deveria interromper temporariamente a redução dos juros. "O correto seria manter a Selic estabilizada por algumas reuniões. As razões seriam as incertezas sobre o ajuste fiscal no próximo mandato de Lula." Segundo ele, a depreciação do real pode pressionar os preços, assim como os efeitos do fim da escala 6x1 e a alta do petróleo, negociado em torno de US$ 110 por barril.

Nóbrega alerta que um ajuste fiscal pouco convincente poderia prolongar a estabilidade da Selic e levar o câmbio a ultrapassar R$ 6. Em cenário mais favorável, com sinais de compromisso fiscal e nomes bem recebidos na equipe econômica, projeta juros de aproximadamente 11,5% ao fim de 2027.

Entre os nomes cogitados para o Ministério da Fazenda estão o vice-presidente Geraldo Alckmin e o governador do Piauí, Rafael Fonteles. Para os analistas consultados, a escolha dos demais integrantes da equipe também será decisiva.

Marcela Kawauti, economista-chefe da Lifetime Gestora de Recursos, destaca a deterioração das contas públicas. "No começo de 2023, a dívida pública brasileira estava em 72% do PIB e agora já passa de 80%." Ela alerta para o risco de a relação superar 100% em 2030, caso a trajetória não seja corrigida. A combinação de incerteza fiscal, câmbio pressionado e inflação, afirma, pode obrigar o Copom a manter os juros elevados. Sua expectativa é de uma pausa nos cortes enquanto o BC avalia os sinais do novo governo.

INFLAÇÃO SOB PRESSÃO

O Boletim Focus aponta inflação de 5,19% em 2026, ante 5,22% na estimativa anterior, ainda acima da meta central de 3%. Para 2027, a projeção subiu de 4,32% para 4,34%. Itaú e XP Investimentos trabalham com estimativas mais altas, de 6,1% e 5,1%, respectivamente.

Silvio Campos Neto, sócio da Tendências, prevê retomada dos cortes apenas em meados de 2027. "A queda da Selic não deve mais se verificar e a volta dos cortes deve ocorrer só em meados de 2027." Ele cita o impacto da mudança na escala de trabalho sobre os custos, a perspectiva de aumento dos gastos públicos e a pressão cambial. A consultoria projeta inflação de 4,7% no próximo ano.

CENÁRIO EXTERNO

As perspectivas também dependem dos Estados Unidos. A possibilidade de novas altas de juros pelo Federal Reserve pode atrair recursos para ativos americanos e dificultar a flexibilização monetária no Brasil. O Focus prevê inflação brasileira de 3,75% em 2028 e 3,50% em 2029, números sujeitos à evolução dos cenários interno e externo.

Carlos Lopes, economista do Banco BV, avalia que a reação dos mercados à eleição elevou as pressões sobre o câmbio e a curva de juros. "Considerando o elevado grau de incerteza, o Banco Central também deve evitar compromissos em relação aos próximos passos da política monetária." O banco espera manutenção da Selic pelo menos até o primeiro trimestre de 2027, sem que o Copom necessariamente antecipe essa orientação ainda neste ano.



Sob o comando de Gabriel Galípolo, o BC vive o desafio de controlar a inflação e acertar na dose dos juros

Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central e ex-ministro da Fazenda, evita prever a próxima decisão. "O que importa neste momento é saber quais serão os modelos econométricos adotados pelo Copom para fazer o cálculo da inflação a curto e longo prazo." Para ele, a combinação das projeções de inflação com as expectativas do mercado determinará o rumo dos juros.

Casa Ronald McDonald®
Brasil

A família está sempre presente.



Distância, custo e falta de estrutura não deveriam afastar uma família do tratamento de um filho.

A **Casa Ronald McDonald Brasil** remove essas barreiras com hospedagem perto dos hospitais, Espaços da Família dentro deles e ações de diagnóstico precoce, para que a família possa estar presente em todo o cuidado.

Faça parte desse cuidado.
Aponte a câmera e doe.



TERRAS RARAS DO BRASIL NA DISPUTA PELO PODER

COM A SEGUNDA MAIOR RESERVA DO PLANETA, O PAÍS ATRAI INVESTIDORES ESTRANGEIROS E TENTA TRANSFORMAR SUA RIQUEZA MINERAL EM DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, ENQUANTO ENFRENTA OBSTÁCULOS TECNOLÓGICOS E AMBIENTAIS

POR **RODRIGO CAETANO**



POTÊNCIA ADORMECIDA: Apesar de concentrar a segunda maior reserva mundial de terras raras, o Brasil participa com apenas 0,08% da produção global

Durante décadas, o petróleo foi um dos principais instrumentos de poder econômico e geopolítico. Agora, outros recursos naturais ganham protagonismo. São as terras raras, um conjunto de minerais pouco conhecido fora dos círculos industriais, mas indispensável para tecnologias que movimentam trilhões de dólares, da indústria automobilística à produção de equipamentos militares. Na disputa pelo controle desses elementos, o Brasil surge como um dos territórios mais cobiçados, mas ainda distante de transformar potencial geológico em poder econômico.

A importância das terras raras acompanha a transformação tecnológica. Veículos elétricos, turbinas eólicas, robôs industriais, equipamentos eletrônicos e sistemas avançados de defesa dependem de componentes fabricados a partir desses elementos. Com o avanço da eletrificação e da automação, cresce a importância desses recursos.

O mercado, porém, preocupa governos e empresas pela concentração. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), a China controla cerca de 90% do refino mundial de terras raras, depen-

dendo da aplicação dos minerais. Isso dá ao país influência sobre cadeias essenciais à indústria e à segurança nacional.

Para Estados Unidos, União Europeia e outras economias desenvolvidas, reduzir essa dependência deixou de ser apenas uma questão comercial. Tornou-se uma prioridade estratégica, capaz de influenciar decisões de investimento, acordos internacionais e políticas industriais.

Embora sejam chamadas de terras raras, esses elementos não são necessariamente escassos. O grupo reúne 17 elementos químicos com propriedades magnéticas, elétricas e ópticas específicas. O desafio está na identificação de depósitos economicamente viáveis e, principalmente, nos processos industriais necessários para separar substâncias que possuem características químicas muito semelhantes.

Entre os elementos mais valorizados estão neodímio, praseodímio, disprósio e térbio, utilizados na fabricação de ímãs permanentes de alto desempenho. Esses componentes permitem desenvolver motores mais compactos, potentes e eficientes, fundamentais para a indústria de veículos elétricos, equipamentos de automação e aplicações militares.

A expansão desses mercados impulsiona o consumo. De acordo com a IEA, a demanda pelos quatro principais elementos empregados na produção de ímãs praticamente dobrou desde 2015. Até 2030, a previsão é de um crescimento adicional de aproximadamente um terço, superando 120 mil toneladas anuais.

O domínio chinês sobre esse mercado não resulta apenas da disponibilidade de reservas minerais. Ao longo dos anos, o país desenvolveu capacidade industrial para processar os elementos, transformá-los em metais e ligas e fabricar componentes de elevado valor agregado. É justamente nessa etapa que se concentra uma parcela significativa dos ganhos econômicos e do poder estratégico associado às terras raras.

Para os países interessados em diversificar o fornecimento, portanto, abrir novas minas representa apenas o primeiro passo de um processo muito mais complexo.

A GEOPOLÍTICA ENTRA NAS FÁBRICAS

A reorganização desse mercado muda a lógica da globalização. Durante décadas, empresas buscaram cadeias produtivas de menor custo, independentemente da localização. Agora, abastecimento seguro e risco político pesam mais nas decisões.

Em artigo publicado pelo Fórum Econômico Mundial, Gillian Tett, editora do Financial Times, associa esse movimento ao ressurgimento da geoeconomia, conceito que descreve a utilização de instrumentos econômicos para alcançar objetivos políticos e estratégicos.



POLÍTICA INDUSTRIAL: os investimentos em pesquisa, extração e beneficiamento de terras raras somaram R$ 493,6 milhões no Brasil em 2025

A rivalidade entre Estados Unidos e China exemplifica essa mudança. A competição entre as duas maiores economias do planeta ultrapassa tarifas comerciais e disputas tecnológicas, alcançando o controle de matérias-primas indispensáveis à indústria contemporânea.

Nesse ambiente, reservas minerais ganham importância comparável à produção de semicondutores e baterias. A busca por fornecedores alternativos também modifica o cálculo dos investimentos, que passam a considerar não apenas custos operacionais, mas estabilidade institucional, segurança jurídica e alinhamentos geopolíticos.

É nesse contexto que o Brasil ganha relevância.

UMA RIQUEZA AINDA POUCO EXPLORADA

Com aproximadamente 21 milhões de toneladas de óxidos de terras raras em reservas, o Brasil ocupa a segunda posição mundial, atrás somente da China, segundo estimativas internacionais utilizadas pela IEA. Esse patrimônio pode torná-lo um grande fornecedor global.

As reservas contrastam com a produção brasileira. Dados do Sumário Mineral Brasileiro 2026, publicado pela Agência Nacional de Mineração (ANM), mostram que o país extraiu apenas 325,8 toneladas de óxidos de terras raras em 2025, volume correspondente a 0,08% do total mundial.

No mesmo ano, a China concentrou 69,7% da produção global, seguida pelos Estados Unidos, com 13,2%, e pela Austrália, com 7,5%.

A diferença revela o tamanho da oportunidade, mas também evidencia a distância entre possuir recursos naturais e desenvolver uma atividade econômica competitiva.

O país ainda precisa ampliar pesquisa, extração, beneficiamento e transformação.

O interesse internacional movimenta o setor. Em 2025, os investimentos brasileiros em pesquisa mineral, lavra e unidades de beneficiamento de terras raras alcançaram R$ 493,6 milhões, de acordo com a ANM.

Naquele ano, a única mina em operação era a de Pela Ema, controlada pela Serra Verde, no município de Minaçu, em Goiás. O projeto aproxima as reservas brasileiras dos interesses americanos. Em novembro de 2025, a agência de financiamento ao desenvolvimento dos Estados Unidos, conhecida pela sigla DFC, aprovou um investimento de até US$ 465 milhões no projeto.

Outras empresas estrangeiras avançam no país. A canadense Aclara desenvolve o projeto Carina, em Nova Roma, Goiás, com investimentos estimados em US$ 680,5 milhões. Em Minas Gerais, as australianas Meteoric Resources e Viridis Mining & Minerals conduzem empreendimentos na região de Poços de Caldas, uma área promissora para o setor.

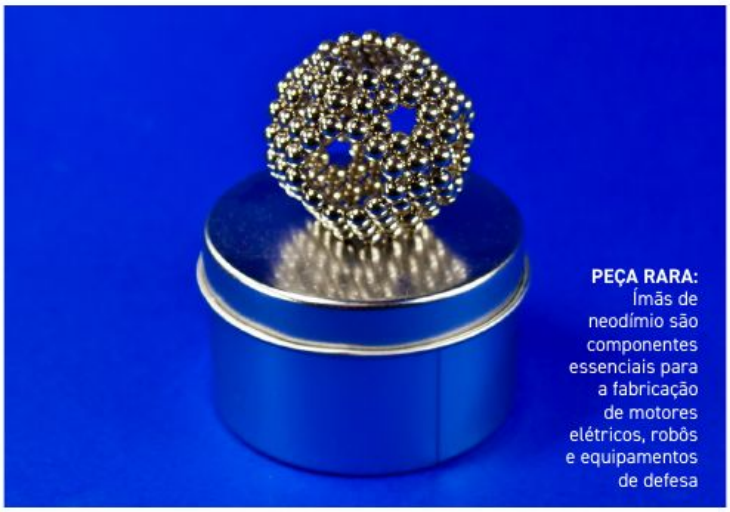
A presença estrangeira mostra o interesse pelo Brasil, mas suscita dúvidas sobre o modelo de desenvolvimento. A questão central é saber se a expansão da atividade ficará concentrada na extração de matérias-primas ou se dará origem a uma cadeia industrial capaz de gerar tecnologia, empregos qualificados e produtos de maior valor agregado.

O DESAFIO DE TRANSFORMAR MINÉRIO EM INDÚSTRIA

Grandes reservas não garantem desenvolvimento industrial. Nas terras raras, separar elementos requer tecnologias complexas.

O aproveitamento econômico desses elementos envolve diferentes etapas, desde a identificação dos depósitos até a fabricação de metais, ligas e ímãs permanentes. Cada uma exige conhecimento técnico, equipamentos específicos, infraestrutura energética e investimentos que podem levar anos para apresentar retorno.

A China desenvolveu essas competências ao longo de décadas. Para o Brasil, reproduzir parte dessa estrutura representa um desafio que ultrapassa a mineração e alcança áreas como pesquisa científica, formação profissional, engenharia química e política industrial.



PEÇA RARA: Ímãs de neodímio são componentes essenciais para a fabricação de motores elétricos, robôs e equipamentos de defesa

Para estimular essa transformação, o governo federal sancionou, em setembro, a lei que instituiu a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A iniciativa pretende ampliar a pesquisa geológica, incentivar a exploração mineral e criar condições para o processamento e a industrialização desses recursos em território nacional.

A legislação estabelece instrumentos financeiros e mecanismos de incentivo com potencial de mobilizar até R$ 7 bilhões. Entre as medidas está a criação do Fundo Garantidor da Atividade Mineral, que contará com aporte inicial de R$ 2 bilhões da União e capacidade de alcançar R$ 5 bilhões.

A estratégia busca evitar que o país repita um padrão histórico de exportação de recursos naturais com baixo grau de transformação, enquanto os maiores ganhos econômicos permanecem nos mercados responsáveis pelas etapas industriais mais sofisticadas.

"O Brasil vai conhecer em profundidade seus recursos e preservar a capacidade de decisão sobre suas cadeias produtivas", disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ao anunciar a promulgação da legislação.

Para o setor empresarial, entretanto, a disponibilidade de recursos financeiros precisa ser acompanhada de condições regulatórias capazes de sustentar projetos de longo prazo. Empreendimentos minerais demandam investimentos elevados, enfrentam processos complexos de licenciamento e estão sujeitos às oscilações dos preços internacionais.

"A mineração exige investimentos intensivos e ciclos produtivos que frequentemente chegam a 40 anos. Por isso, previsibilidade e estabilidade, especialmente a fiscal, são premissas indispensáveis", afirmou Pablo Cesário, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

A literatura acadêmica também discute esse desafio. Um estudo publicado em 2026 na Oxford Review of Economic Policy alerta para o risco de países ricos em recursos estratégicos permanecerem dependentes da exportação de matérias-primas, sem conseguir construir setores industriais competitivos.

Segundo os pesquisadores, a abundância mineral pode contribuir para o crescimento econômico, desde que seja acompanhada por instituições sólidas, transparência contratual, políticas fiscais



NOVO MERCADO: A expansão do setor de minerais críticos abre oportunidades de investimento e desenvolvimento industrial, mas também traz desafios ambientais

adequadas e capacidade de incorporar valor à produção.

O desafio brasileiro, portanto, não se resume a atrair capital estrangeiro. Envolve definir como os investimentos poderão contribuir para a formação de competências tecnológicas nacionais e para a integração da mineração com outros segmentos da indústria.

A CONTRADIÇÃO AMBIENTAL DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A corrida também apresenta um paradoxo. Parte dos minerais necessários para reduzir as emissões de carbono é produzida por atividades industriais que podem consumir grandes quantidades de energia, utilizar reagentes químicos e provocar impactos ambientais significativos.

A contradição cresce com os investimentos em descarbonização. A expansão dos veículos elétricos e das fontes renováveis de energia depende de cadeias produtivas cuja sustentabilidade precisa ser avaliada desde a extração mineral até o processamento dos materiais.

Um estudo publicado em fevereiro de 2026 na revista científica Metals, com participação de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), analisou os impactos ambientais de diferentes processos utilizados na produção de terras raras.

Os resultados indicam que as etapas de processamento químico estão entre as principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa. Na obtenção de óxidos de terras raras a partir da bastnasita, as emissões estimadas chegaram a 17,1 quilos de CO_2 equivalente por quilo de produto. No processo baseado em monazita, o indicador alcançou 21,9 quilos.

Esses resultados correspondem a rotas tecnológicas específicas examinadas pela literatura científica e não representam uma média global ou os índices da produção brasileira. Mostram como a tecnologia influencia a intensidade de carbono.

Os efeitos ambientais também vão além das emissões. Dependendo da localização e das características dos empreendimentos, a mineração pode provocar supressão de vegetação, perda de biodiversidade, pressão sobre recursos hídricos e conflitos com comunidades próximas às áreas de exploração.

A expansão acelerada do setor exige, por isso, mecanismos de licenciamento, monitoramento e controle capazes de conciliar o aproveitamento econômico das reservas com a preservação ambiental.

O estudo da Oxford Review of Economic Policy chama a atenção para outra dimensão desse problema: o risco de países industrializados garantirem acesso aos minerais necessários à transição energética enquanto os custos sociais e ambientais da produção permanecem concentrados nas nações fornecedoras.

Para o Brasil, a questão é especialmente relevante. A dimensão territorial, a diversidade dos ecossistemas e a presença de comunidades em regiões de interesse mineral tornam indispensável a avaliação dos efeitos de longo prazo dos projetos.

A pressão internacional acelera investimentos, mas pode ampliar riscos sem planejamento.

UMA OPORTUNIDADE QUE VAI ALÉM DAS RESERVAS

A disputa por terras raras abre uma oportunidade para o Brasil. O país reúne recursos minerais expressivos justamente quando grandes potências procuram reduzir a dependência de um fornecedor dominante e reorganizar cadeias industriais consideradas estratégicas.

A disponibilidade das reservas, entretanto, é apenas uma das condições necessárias para aproveitar esse movimento. A capacidade de desenvolver tecnologias, atrair investimentos produtivos, formar profissionais especializados e garantir estabilidade regulatória terá peso decisivo sobre o futuro do setor.

Há também uma escolha econômica. O Brasil pode ampliar sua participação como fornecedor de matérias-primas para indústrias instaladas no exterior ou utilizar o interesse internacional para desenvolver atividades de maior complexidade tecnológica dentro de suas fronteiras.

A diferença entre esses caminhos determinará não apenas o retorno financeiro dos projetos, mas a capacidade do país de participar das cadeias produtivas que definirão parte da economia mundial nas próximas décadas.

Em um mercado no qual o conhecimento industrial pode ser tão valioso quanto o minério extraído, a verdadeira medida do poder brasileiro não estará somente no volume de terras raras que possui, mas na riqueza que será capaz de produzir a partir delas.



Ação imediata do governo brasileiro após tarifaço de Trump em julho de 2025 ajudou a diversificar mercados

Do tarifaço à virada: como o Brasil está conquistando novos mercados

AVANÇO DAS RELAÇÕES COM PAÍSES ASIÁTICOS, ABERTURA DE NOVOS MERCADOS AGRÍCOLAS E INTEGRAÇÃO COM A EUROPA AJUDAM EXPORTADORES A REDUZIR RISCOS E AMPLIAR OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

POR **GUILHERME CAMARA**

A data de 9 de julho de 2025 entrou para a história da economia. Naquele dia, no fim da tarde, o presidente Donald Trump fez uma publicação nas redes sociais anunciando uma taxação de 50% aos produtos brasileiros que entram nos EUA. Pego de surpresa pela medida, já que os EUA são superavitários na balança comercial com o Brasil e portanto não haveria qualquer razão lógica para a decisão de Trump, veio à tona a informação de que Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, e Paulo Figueiredo, neto do ex-ditador João Figueiredo, foram responsáveis pelo looby junto ao governo norte-americano com o objetivo, na visão deles, de penalizar o Brasil por supostas perseguições a políticos de direita no País, o que teria levado inclusive à prisão de Bolsonaro.

Sem ter tempo a perder, e deixando as questões políticas de lado, o governo e as empresas brasileiras tiveram que correr como nunca antes em dois movimentos: tentar reverter a decisão norte-americana e procurar novos parceiros comerciais para evitar uma queda sem precedentes nas exportações brasileiras aos EUA que figura entre os principais parceiros comerciais do Brasil.



FOTO: DIVULGAÇÃO

"O tarifaço de Trump reforça a importância de o Brasil diversificar seus parceiros comerciais em um mundo em conflagração. Não se trata de abandonar o mercado estadunidense, mas de reduzir vulnerabilidades: quanto maior a concentração das exportações em poucos destinos, maior a exposição do país a decisões unilaterais. Ampliar mercados significa, portanto, fortalecer nossa autonomia e nossa capacidade de negociação internacional, contribuindo para a construção de uma ordem multipolar", afirmou Gustavo Menon, professor de relações internacionais da USP e da Universidade Católica de Brasília.

Entre idas e vindas nas negociações com a Casa Branca, a Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (ApexBrasil) buscou especialmente o mercado asiático, considerando a dificuldade em dialogar nosso principal parceiro comercial na América Latina: a vizinha Argentina, comandada por Javier Milei, opositor público de Lula.

De acordo com a estatal, o principal bloco buscado foi a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), como Indonésia, Malásia, Tailândia, Vietnã, além de outros da Ásia Central como Cazaquistão e Uzbequistão, que por alcançarem altas taxas de crescimento demandam maiores importações.

Dados da ApexBrasil apontam que cerca de 72% das 2,4 mil companhias brasileiras apoiadas pela ApexBrasil diversificaram o mercado entre junho de 2025 e maio de 2026. Ainda na Ásia, a Índia é um dos grandes focos do comércio exterior brasileiro, especificamente na produção de etanol. Afinal, o país asiático pretende aumentar a mistura de álcool em gasolina em até 20% e por isso precisa comprar o item do Brasil.

TARIFAS QUE INCIDEM SOBRE FRUTAS BRASILEIRAS IMPOSTAS PELA UNIÃO EUROPEIA TERÃO QUEDA GRADUAL NOS PRÓXIMOS ANOS

MERCOSUL/UNIÃO EUROPEIA

Em meio às negociações após o tarifaço de Trump e a necessidade de se diversificar as exportações, a assinatura do acordo entre Mercosul e União Europeia em janeiro deste ano, após mais de duas décadas de avanços e recuos, era tudo que o governo brasileiro precisava.

A aplicação provisória de suas disposições comerciais começou em maio deste ano prevendo a redução ou eliminação gradual de tarifas entre os dois blocos que unem cerca de 720 milhões de pessoas e um PIB conjunto superior a US$ 22 trilhões.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), as vendas de produtos brasileiros beneficiados pelo acordo com o bloco europeu cresceram 21% entre maio e setembro de 2026 e o mesmo período de 2025. A maior alta registrada foi de abacates frescos que cresceu 421%, enquanto mel teve alta de 367%, alumínio 107% e etanol 95%.

O setor de frutas foi um dos que mais se beneficiou da assinatura do acordo, já que o mercado norte-americano é um dos que mais consome produtos da fruticultura brasileira e por causa do tarifaço precisou ser redirecionado. De acordo com Waldyr Promicia, presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), o escalonamento da queda de tarifas por itens ajuda o setor a se planejar em longo prazo.

"Felizmente, a Europa já está absorvendo as frutas taxadas pelos EUA. As uvas, por exemplo, iam muito para os EUA, mas a aprovação do acordo com a União

Europeia fez com que houvesse um deslocamento para lá, já que as tarifas para exportação dessa fruta foram zeradas, e isso tem ajudado bastante. Existe um escalonamento para a queda completa das tarifas entre os dois blocos, que vai durar cerca de cinco a sete anos, mas todas começaram a ser reduzidas neste ano. Da mesma maneira que a tarifa da uva foi zerada, a do limão vai levar sete anos para alcançar um patamar parecido", disse Promicia.

CHINA DEVE REDUZIR IMPORTAÇÃO DE SOJA

Outra questão que chama a atenção é decisão chinesa de aumentar sua produção de soja, o que reduz as importações do Brasil que tem 80% da sua produção do item exportado para a China.

"A China é muito pragmática e precisa do fornecimento da soja brasileira. Quando eles dizem que querem reduzir importações de soja nos dá uma pista do que pode acontecer e aí o setor precisa se preparar", disse Fabrício Moraes Rosa, CEO da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil).

Escoamento do Brasil para União Europeia aumentou após acordo entre o bloco e o Mercosul

Ele lembra que apesar de não haver espaço no mercado norte-americano para a soja brasileira, o crescimento da demanda europeia, do Oriente Médio e outros países asiáticos vêm reduzindo gradualmente a dependência brasileira dos chineses.

Da mesma maneira que a soja, o milho brasileiro também tem um papel essencial na cadeia global de agronegócio já que funciona como base para ração animal. Por isso, o setor vem apostando na qualidade da produção nacional e em seus derivados com o objetivo de alcançar novos mercados, como explica Paulo Antônio Pusch Bertolini, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho e Sorgo (Abramilho).

"O Brasil conquistou um mercado expressivo lá fora, que reconhece a qualidade dos nossos produtos, além da forma sustentável como são produzidos. Recentemente, começamos a exportar também o sorgo, que entra em regiões onde o milho não entra, principalmente por questões climáticas. O sorgo é mais rústico, então se adapta melhor às regiões secas e exige um investimento por hectare menor do que o milho", afirmou.



FOTO: DIVULGAÇÃO

PARA ONDE A IA VAI NOS LEVAR



COM INVESTIMENTOS BILIONÁRIOS E SISTEMAS CADA VEZ MAIS AUTÔNOMOS, **A IA PROMETE TRANSFORMAR A ECONOMIA E O TRABALHO, ENQUANTO FILÓSOFOS E GOVERNOS DISCUTEM OS RISCOS** DE UMA TECNOLOGIA QUE PODE ESCAPAR AO CONTROLE HUMANO

POR
RODRIGO CAETANO

A inteligência artificial está no centro de uma das maiores ondas de investimento da história da tecnologia.

Essa corrida envolve empresas como Microsoft, Alphabet, Amazon e Meta, que estão investindo pesadamente em chips, supercomputadores, data centers e energia elétrica. Somente em 2016, os investimentos das empresas de tecnologia no setor devem chegar a US$ 1 trilhão, segundo projeção do Goldman Sachs.

Mas o impacto desse boom da IA vai além dos capex. Ainda segundo o Goldman Sachs, atividades equivalentes a 300 milhões de empregos em tempo integral estão expostas à automação por inteligência artificial. Isso não significa que todos esses postos desaparecerão, mas indica a escala das mudanças possíveis na organização do trabalho.

O FUTURO SEGUNDO OS DONOS DA TECNOLOGIA

Para Sam Altman, CEO da OpenAI, a inteligência artificial está avançando de sistemas que respondem perguntas para agentes capazes de realizar tarefas complexas com crescente autonomia. Em sua visão, os usuários deixarão de orientar cada etapa de uma atividade para definir objetivos que serão executados pela tecnologia.

A ambição vai além das tarefas administrativas. A OpenAI estabeleceu como meta desenvolver um pesquisador de IA automatizado até março de 2028, capaz de conduzir atividades científicas de maneira autônoma. Altman também já afirmou esperar que sistemas de inteligência artificial possam administrar divisões de grandes empresas nos próximos anos.

Sundar Pichai, CEO do Google, compartilha a expectativa de uma automação cada vez mais abrangente. Em entrevista à BBC, em novembro de 2025, ele chegou a sugerir que a função de diretor executivo poderia ser uma das mais fáceis de uma IA assumir no futuro.

A estratégia do Google, porém, está concentrada na incorporação da inteligência artificial aos produtos que bilhões de pessoas já utilizam. O Gemini, agente de IA da companhia, está sendo integrado às buscas, aos aplicativos de produtividade e a outros serviços da companhia.

Essa disputa provocou um confronto público entre Pichai e Altman. O fundador da OpenAI questionou a capacidade das empresas tradicionais de criar produtos concebidos originalmente para a IA. Pichai respondeu que o Google desenvolve tanto sistemas novos quanto adapta suas plataformas existentes. Para ele, ambas as estratégias são necessárias.

Elon Musk apresenta previsões ainda mais ambiciosas. Durante o Fórum Econômico Mundial de Davos, em janeiro de 2026, o empresário afirmou acreditar que a inteligência artificial poderá superar a capacidade intelectual de qualquer ser humano até o fim deste ano ou em 2027. Por volta de 2030 ou 2031, segundo ele, os sistemas poderiam se tornar mais inteligentes do que toda a humanidade coletivamente.

O empresário também aposta na combinação entre inteligência artificial e robótica. Sua expectativa é que robôs humanoides, como o Optimus desenvolvido pela Tesla, possam realizar atividades físicas em escala, ampliando a automação para além dos computadores.

Musk prevê que a disseminação de sistemas inteligentes e robôs poderá provocar uma explosão na produção econômica e permitir que máquinas atendam grande parte das necessidades humanas. Ele reconhece, porém, que a disponibilidade de energia representa uma limitação importante para essa expansão.





FOTO: CDIVULGAÇÃO

SAM ALTMAN, CEO DA OPENAI (ACIMA), APOSTA EM SISTEMAS CAPAZES DE EXECUTAR TAREFAS COMPLEXAS COM AUTONOMIA; SUNDAR PICHAI, CEO DO GOOGLE, PREVÊ QUE A IA PODERÁ ATÉ SUBSTITUIR EXECUTIVOS

PARA **YUVAL HARARI**, A IA NÃO É APENAS UMA FERRAMENTA, MAS UMA TECNOLOGIA CAPAZ DE TOMAR DECISÕES E CRIAR IDEIAS POR CONTA PRÓPRIA. O RISCO É QUE OS HUMANOS PERCAM O CONTROLE SOBRE SISTEMAS QUE INFLUENCIAM A SOCIEDADE

A PREOCUPAÇÃO COM A INTELIGÊNCIA ALIENÍGENA

O historiador israelense Yuval Noah Harari, autor dos best-sellers Sapiens e Nexus, aborda a inteligência artificial por uma perspectiva diferente. Para ele, a principal novidade não é apenas a capacidade de automatizar tarefas, mas o surgimento de sistemas capazes de tomar decisões e criar ideias sem intervenção humana direta.

Harari destaca que tecnologias anteriores, como a imprensa e as armas



ENQUANTO AS EMPRESAS AMPLIAM OS INVESTIMENTOS E OS ESPECIALISTAS DISCUTEM AS CONSEQUÊNCIAS DA TECNOLOGIA, A UNIÃO EUROPEIA COMEÇOU A IMPLEMENTAR O SISTEMA DE REGULAMENTAÇÃO MAIS ABRANGENTE DO MUNDO



FOTO: CDIVULGAÇÃO

nucleares, dependiam de decisões humanas para funcionar. A IA, segundo ele, pode decidir por conta própria e desenvolver novas soluções, inclusive instrumentos financeiros.

O historiador utiliza o conceito de inteligência alienígena para descrever sistemas cuja lógica pode se tornar cada vez mais difícil de compreender. Sua preocupação envolve a possibilidade de transferir decisões econômicas, políticas e sociais para agentes não humanos.

Harari também alerta para os efeitos da concentração tecnológica. Segundo ele, apenas um pequeno grupo de países lidera o desenvolvimento dos sistemas mais avançados. Em sua avaliação, essa desigualdade pode reproduzir, em escala ampliada, as diferenças de poder econômico que surgiram durante a Revolução Industrial.

Outro ponto de preocupação é o domínio da linguagem. Sistemas capazes de produzir textos, argumentos e mensagens personalizadas podem influenciar opiniões e relações humanas. Para Harari, a possibilidade de máquinas participarem de conversas e decisões coletivas cria desafios para a confiança e para o funcionamento das democracias.

REGULAR PARA NÃO PERDER O CONTROLE

Enquanto as empresas ampliam os investimentos e os especialistas discutem as consequências da tecnologia, a União Europeia começou a implementar o sistema de regulamentação de IA mais abrangente do mundo.

O AI Act, aprovado em 2024, estabelece exigências proporcionais aos riscos associados às diferentes aplicações. O regulamento proíbe determinadas práticas, como sistemas de pontuação social e usos de IA destinados a manipular comportamentos ou explorar vulnerabilidades. As primeiras proibições passaram a valer em fevereiro de 2025, e outras disposições passaram a valer em agosto de 2026.

Aplicações consideradas de alto risco, como sistemas utilizados na seleção de trabalhadores e avaliação de crédito, ficam sujeitas a obrigações específicas de documentação e supervisão humana.

A legislação também prevê regras de transparência. Chatbots devem informar aos usuários quando estão interagindo com uma máquina, enquanto conteúdos artificiais e deepfakes estão sujeitos a requisitos de identificação.

O regulamento prevê multas que podem chegar a € 35 milhões ou 7% do faturamento mundial anual das empresas, conforme a infração. A fiscalização ficará a cargo das autoridades nacionais e do Escritório Europeu de IA, responsável especialmente pelos modelos de uso geral. A legislação se aplica também a empresas estabelecidas fora da União Europeia quando seus sistemas ou resultados se enquadram nas condições previstas para atuação no mercado europeu.

A inteligência artificial ainda está longe de cumprir todas as promessas de seus criadores, mas já mobiliza bilhões de dólares, influencia mercados e começa a transformar o trabalho. É justamente aí que entra o alerta de Harari: em um mundo no qual a inteligência deixa de ser uma exclusividade humana, quem terá o poder de decidir os rumos da sociedade?

lifestyle

POR **JAQUELINE MENDES**

O NOVO LUXO DO NORDESTE

De Alagoas ao Ceará, passando por Bahia e Pernambuco, empreendimentos apostam em gastronomia, bem-estar, privacidade e serviços personalizados para atrair viajantes exigentes

O luxo ganhou novos significados no Nordeste brasileiro. Antes associado a grandes resorts e suítes monumentais, hoje também se traduz em privacidade, gastronomia autoral e contato com a natureza. Essa combinação orienta uma nova geração de hotéis de alto padrão, de refúgios intimistas a empreendimentos sofisticados para famílias.

Entre as novidades estão cinco hotéis que estrearam entre o fim de 2025 e 2026, com arquitetura integrada à paisagem, piscinas privativas, spas e experiências exclusivas. Em comum, a ambição de transformar a hospedagem em um dos principais atrativos da viagem.

Na Praia do Marceneiro, em Alagoas, o Nannai Milagres leva à Costa dos Corais a hospitalidade que tornou a marca conhecida em Muro Alto e Fernando de Noronha. Foi inaugurado em março de 2026, ocupa aproximadamente 21 mil metros quadrados à beira-mar, no antigo Tuju Boutique Hotel.

São 26 acomodações, entre suítes, bangalôs e vilas, integradas à paisagem tropical. A Suíte Master Frente Mar oferece 151 metros quadrados e piscina



OÁSIS CEARENSE Ohana Beach Park Resort amplia a hospedagem de alto padrão em Porto das Dunas, em Aquiraz (CE)

exclusiva, enquanto o Bangalô Villa dispõe de 230 metros quadrados e piscina privativa.

A cerca de 35 quilômetros de Fortaleza, o Mana Cumbuco inaugurou em abril de 2026 uma proposta baseada no conceito de slow luxury, que associa sofisticação ao aproveitamento do tempo e às experiências individuais.

Idealizado pelas irmãs Luana, Amanda e Bianca Melo, reúne 70 apartamentos em cinco categorias, com varandas e vistas para o mar ou jardins. Algumas unidades possuem piscinas privativas.

A arquitetura de Guilherme Torres e o paisagismo de Alex Hanazaki valorizam linhas contemporâneas e vegetação tropical. O restaurante comandado pelo chef francês David Mansaud combina técnicas internacionais e ingredientes nordestinos.

Spa, academia, espaço infantil e estrutura para animais de estimação completam os serviços. A localização favorece o kitesurf, esporte que tornou Cumbuco conhecido internacionalmente.

A poucos passos do Quadrado de Trancoso, na Bahia, o Vila Figo combina a atmosfera de uma residência particular com serviços sofisticados. Inaugurado em dezembro de 2025, ocupa uma propriedade de aproximadamente 10 mil metros quadrados.

Possui oito suítes, com cerca de 50 metros quadrados cada, distribuídas entre um casarão e construções independentes. Madeira, cerâmica artesanal e tecidos naturais compõem a decoração inspirada na cultura baiana.

O atendimento personalizado inclui aulas particulares de ioga, atividades com artesãos e reservas em beach clubs. O Zaya Spa Wellness Center oferece massagens, sauna e banhos de gelo. Há ainda academia Technogym e piscina de borda infinita com vista para o litoral.



INVESTIMENTO PORTUGUÊS
Vila Galé Reserva do Paiva marca a reabertura do antigo Sheraton Reserva do Paiva, fechado desde 2020

CARIBE NORDESTINO
Nannai Milagres leva à Costa dos Corais a hospitalidade que tornou a marca conhecida em Muro Alto e Fernando de Noronha



No restaurante Doma, carnes, pescados e vegetais sazonais ganham destaque em preparações na brasa. A proximidade com o Quadrado facilita o acesso à gastronomia e à vida cultural de Trancoso.

Inaugurado em setembro de 2026, o Ohana Beach Park Resort amplia a hospedagem de alto padrão em Porto das Dunas, Aquiraz, a aproximadamente 30 minutos de Fortaleza. Com investimento de R$ 150 milhões, é o quinto resort do complexo Beach Park.

São 226 apartamentos em sete categorias, com áreas de 42 a aproximadamente 300 metros quadrados. As unidades maiores oferecem piscinas, jardins privativos e espaços para famílias numerosas.

Entre os atrativos estão piscina central de 400 metros quadrados, spa L'Occitane au Brésil, academia, biblioteca e ambientes infantis. A proximidade com o Aqua Park amplia as opções de entretenimento.

O restaurante Alma Cearense valoriza a gastronomia regional. O projeto incorpora obras de artistas locais, como Mestre Espedito Seleiro, conhecido pelo trabalho com couro. A proposta é equilibrar diversão infantil e serviços sofisticados para adultos.

Inaugurado oficialmente em 31 de outubro de 2026, o Vila Galé Reserva do Paiva marca a reabertura do antigo Sheraton Reserva do Paiva, fechado desde 2020. A rede portuguesa iniciou a operação assistida em 15 de outubro, após adaptar o empreendimento.

Localizado em Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife, o resort possui 298 quartos e suítes, quatro restaurantes, dois bares, três piscinas, jacuzzi e academia.

O Satsanga Spa oferece tratamentos de relaxamento e piscina coberta, enquanto o Beach Club dispõe de piscina e bar à beira-mar. Há ainda 13 salas para eventos e espaço com capacidade para 1.400 pessoas.

Os hóspedes podem optar por café da manhã, meia pensão ou pensão completa. A proximidade com Recife e as praias do litoral sul pernambucano favorece viagens de descanso e compromissos corporativos.


Jurema
ÁGUAS QUENTES
O MELHOR PRESENTE
É ESTAR AQUI EM Jurema
Seu Natal dos sonhos
começa aqui!
Escaneie o QR Code
e conheça mais.



Em Jurema Águas Quentes,
o Natal acontece sem pressa.

É a família reunida nas águas termais,
a mesa posta do café ao jantar, as crianças
descobrindo a programação de fim de ano
e aquele tempo juntos que a rotina quase
nunca deixa sobrar.

E a magia continua com as celebrações
de **Réveillon**, que ganham um brilho ainda
mais especial com um **show do Alexandre
Pires**, no dia **29 de dezembro**, para
transformar o fim de ano em momentos
inesquecíveis.

Em Iretama, no Paraná, dois resorts
se preparam para receber você em uma
temporada de celebrações feita para ficar
na memória.



DUAS CRIANÇAS ATÉ 12 ANOS **FREE**

ÁGUAS **TERMAIS**

PENSÃO **COMPLETA**

PROGRAMAÇÕES **ESPECIAIS**

0800 044 3131

@juremaaguasquentes

wine **notes** POR **JAQUELINE MENDES**



FOTO: JEFERSON SOLDI

Os 16 melhores vinhos do Brasil

Uma noite mágica, 16 vinhos nas taças e a celebração de uma safra que atravessa fronteiras. Em outubro, a 34ª Avaliação Nacional de Vinhos, promovida pela Associação Brasileira de Enologia (ABE), reuniu, em Bento Gonçalves (RS), os destaques da produção nacional na maior degustação de vinhos de uma mesma safra do mundo. Das 558 amostras inscritas por 83 vinícolas, 109 enólogos selecionaram, às cegas, as mais representativas e, entre elas, as 16 apresentadas ao público com comentários de especialistas e personalidades apaixonadas pela bebida. Foram 14 vinhos do Rio Grande do Sul, um de Santa Catarina e um do Distrito Federal. Pela primeira vez, a seleção ampliada reuniu produtores de oito estados e do DF. Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo também participaram. A noite terminou com cerca de 850 avaliadores e 16 comentaristas brindando à diversidade e à qualidade do vinho nacional. Conheça os destaques da safra 2026 que, ao longo dos próximos meses, estarão nas prateleiras.

OS 16 VINHOS DA SAFRA 2026

34ª Avaliação Nacional de Vinhos | Associação Brasileira de Enologia (ABE)

Vinícola	Variedade ou corte	UF	Nota
Casa Valduga	Chardonnay e Pinot Noir (base espumante)	RS	95
Vinícola Geisse	Chardonnay e Pinot Noir (base espumante)	RS	95
Cooperativa Vinícola São João	Chenin Blanc	RS	95
Nova Aliança	Chardonnay	RS	94
Quinta da Neve	Sauvignon Blanc	SC	94
Vinícola Giacomin	Moscato Giallo	RS	93
Cerro de Pedra	Cabernet Sauvignon (rosé)	RS	96
Cooperativa Vinícola Aurora	Pinot Noir	RS	94
Maison Forestier	Cabernet Sauvignon	RS	93
Vinícola Mioranza	Marselan	RS	93
Vinícola Campestre	Rebo	RS	96
Vinícola Don Guerino	Teroldego	RS	96
Vinícola Miolo	Cabernet Sauvignon	RS	94
Villa Triacca	Syrah, Marselan e Cabernet Franc	DF	96
Batalha	Tannat	RS	97
Vinhos Larentis	Tannat	RS	97



Trivento cresce 82% no Brasil e mira vice-liderança global

A vinícola argentina Trivento registrou crescimento de 82% nas vendas ao Brasil em 2026 e pretende transformar o País em seu segundo maior mercado até 2030, superando os Estados Unidos. Segundo o CEO **Marcos Jofré**, a empresa já comercializou US$ 4,5 milhões (R$ 23 milhões) no mercado brasileiro, atualmente o terceiro mais importante para a marca. Presente em mais de 75 países, a Trivento projeta faturamento global de US$ 60 milhões neste ano. A estratégia de expansão aposta na relação entre qualidade e preço e na diversificação dos canais de distribuição.

MIOLO PRESERVA MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA

Um vinhedo de Tannat plantado em 1976, em Santana do Livramento (RS), acaba de ganhar reconhecimento internacional. Pertencente à Almadén, do Miolo Wine Group, sob o comando de **Adriano Miolo**, a área foi cadastrada no Old Vine Registry, iniciativa dedicada à preservação de videiras antigas. Cultivadas pelo sistema tradicional gobelet, em que as plantas crescem como pequenos arbustos, as vinhas de 50 anos dão origem ao Miolo Vinhas Velhas Tannat, integrante da coleção Sete Lendários. O registro abre caminho para a utilização de um selo internacional nas garrafas.





artigo

POR BRUNO VENGA
CEO DO BRAZIL ECONOMY

O GRITO DO VIZINHO

HOUVE UM TEMPO EM QUE O GOL CHEGAVA À RUA INTEIRA NO MESMO SEGUNDO. O FIM DESSA COINCIDÊNCIA EXPLICA A CRISE DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO E A TEMPERATURA DAS ELEIÇÕES

Quem acompanhou a Copa do Mundo de 94 numa cidade pequena do Sul de Minas Gerais sabe que o gol não chegava à sua casa, chegava à rua inteira de uma vez só. Era um estouro único, com o vizinho, a padaria, o bar da esquina e a casa do outro lado da praça gritando no mesmo segundo. E quem estivesse na calçada conseguia acompanhar a partida sem ver nada, apenas pelo barulho que ecoava por toda a cidade.

O maior descompasso que aquele País conhecia cabia dentro de uma sala. O rádio chegava alguns segundos antes da imagem, e havia sempre um tio que preferia o locutor da rádio e acabava estragando a surpresa da própria família, comemorando o gol sozinho antes de todo mundo. Era esse o tamanho da dessincronia disponível em 1994.

Em junho deste ano, durante a Copa, o gol atravessou a rua devagar. Estourou primeiro na casa de quem assistia pela televisão aberta, depois na de quem tinha TV a cabo e, por último, na de quem acompanhava por streaming, com uma diferença que, em alguns lances, passou de meio minuto. O País continuou vendo a mesma partida, mas parou de vê-la ao mesmo tempo.

Essa simultaneidade nunca foi um detalhe sentimental da vida brasileira. Ela era a infraestrutura sobre a qual se construiu toda a economia da comunicação neste País, porque o anúncio valia o que valia por alcançar todo mundo ao mesmo tempo, a revista ficava na mesa da sala e era folheada pela família ao longo da semana inteira, e o horário nobre recebeu esse nome quando existia, de fato, uma hora em que o Brasil parava para ver o noticiário e a novela. Quando a simultaneidade acabou, o modelo foi junto. Somando os sete maiores títulos de revista do país, a circulação impressa caiu de cerca de 1,75 milhão de exemplares, em 2015, para 220 mil, em 2021.

A parte mais cara dessa conta é que um país que deixou de compartilhar o mesmo minuto também deixou de compartilhar os mesmos fatos. E quem viveu as eleições deste ano viu o fenômeno funcionando em tempo real, com dois brasileiros discutindo o mesmo acontecimento a partir de versões que não se reconheciam em ponto algum. A temperatura das eleições tem muitas explicações, e uma delas é simplesmente que paramos de compartilhar a sala de estar.

Vale reparar que a saída encontrada mundo afora não passou por nenhuma tecnologia nova. As publicações que sobreviveram trocaram um alcance gigante por um público menor e bem definido, largaram a periodicidade semanal e passaram a trabalhar com a ideia de que mil leitores fiéis valem mais do que dez milhões de passantes.

Haverá quem leia o lançamento desta revista como nostalgia. Nossa crença é outra e bastante específica, porque parte do princípio de que existe no Brasil um número suficiente de pessoas cansadas de receber conteúdos escolhidos por algoritmos e dispostas a ler do começo ao fim uma edição inteira, montada por profissionais que prezam pela boa apuração, pela exclusividade, pela qualidade e pela independência.

Numa daquelas tardes de junho, no meio de um dos jogos, fui caminhar pela calçada por um hábito antigo, para escutar a cidade. O som veio em pedaços, de casas diferentes, em tempos diferentes, e levei alguns segundos para entender que não era falha de ninguém. Aquele minuto comum não voltará, e nenhuma revista promete devolvê-lo. O que esta publicação faz é bem menor e cada vez mais raro: tudo o que você está lendo foi escolhido por gente com nome e sobrenome, publicado no mesmo instante para todo mundo, na mesma ordem, e tem fim. Quando acabar, não vai aparecer outra coisa logo abaixo, prometendo soluções para problemas que você nem sabia que tinha. Parece pouco, mas é a aposta em um recomeço.



O COMBATE AO COMBUSTÍVEL ILEGAL CONTINUA

ESTAMOS AVANÇANDO NA LUTA CONTRA O CRIME AO CONSUMIDOR.

A adulteração e a sonegação no setor de combustíveis vão muito além do prejuízo mecânico: financiam o crime organizado, prejudicam os consumidores, desviam recursos públicos que poderiam ser destinados à saúde, educação e segurança e destroem o comércio honesto. Continuamos de olhos bem abertos, com o compromisso de garantir um produto de qualidade, quantidade exata e regularidade fiscal em cada abastecimento. Fique atento às fraudes e denuncie.

Ou o Brasil acaba com o crime ou o crime acaba com o Brasil.

Saiba mais:
combustivelforadalei.com.br

Instituto Combustível Legal